

# SEQUESTRO DA ECONOMIA, SOCIEDADE DESINFORMADA E O PROCESSO CONTRA DILMA

João Peres  
Jornalista

Daniel Garcia



Mesa que tratou de política econômica, em 25/5, reuniu Amir Khair, Ladislau Dowbor, Leda Paulani e Laura de Carvalho

*Conjuntura externa desfavorável, apetite voraz do mercado financeiro, erros na condução do governo — tudo isso constitui o pano de fundo econômico do processo de afastamento da presidenta da República. Para economistas vinculados ao campo democrático e popular, a agenda da esquerda deve incluir, por um lado, o combate à “desinformação surrealista” existente na sociedade no tocante à economia, fruto da ação da mídia oligopolizada, e por outro lado a formulação de políticas firmes contra o rentismo. Enquanto isso, o governo interino toca sua agenda neoliberal de garrote nos gastos públicos sociais*

A missão é clara, mas nada simples: resgatar a economia brasileira, hoje sequestrada pelo mercado financeiro, e garantir a retomada dos processos produtivos. Uma tarefa que se torna quase utópica quando se observa o rumo do debate público, calcado justamente na agenda imposta pelos responsáveis pelo raptado, agora titulares absolutos do Palácio do Planalto e do Congresso. Seja num eventual retorno de Dilma Rousseff ao cargo, seja na construção de uma nova agenda para a esquerda, derrotar a máquina de desinformação comandada pela mídia oligopolizada é visto como ponto fulcral por economistas contrários à ortodoxia que predomina na imprensa e nos governos. O processo de orientação ideológica em curso é a tal ponto exitoso que permite que o ajuste fiscal de inspiração neoliberal conduzido desde 2015 por Dilma seja depreciado, ao passo que o pacote ainda mais profundo e devastador criado por Michel Temer acabe aplaudido.

A flexibilidade argumentativa dos porta-vozes do neoliberalismo tem um propósito claro: reduzir o papel do Estado a limites inéditos. O primeiro ataque será sobre os gastos públicos, informou o ministro interino da Fazenda, o banqueiro aposentado Henrique Meirelles, tão logo o Senado aprovou o afastamento temporário de Dilma. De fato, a draconiana Proposta de Emenda Constitucional (PEC) divulgada por Temer em 15 de março não deixa dúvidas quanto ao seu compromisso com o “mercado”

e o rentismo: limita a evolução dos gastos públicos da União, por vinte anos (2017-2037!), à mera variação da inflação, e deixa de vincular a percentuais da receita os recursos destinados à saúde e à educação. Objetivo central, segundo Meirelles: “diminuir a percepção de risco” — percepção dos operadores do capital externo especulativo, *of course!*

Concomitantemente, o governo interino toca planos de drástica reforma da Previdência, que inclui deixar os trabalhadores ainda mais distantes do benefício social, por meio da desindexação do reajuste da aposentadoria ao valor do salário mínimo e da implantação da idade mínima (65 anos, provavelmente), e de redução do papel dos bancos públicos.

---

***“Temer tem o Congresso,  
mas não tem as ruas.  
Ou consegue fazer com  
repressão, ou não consegue  
fazer. A situação pode ir  
para qualquer lugar”,  
adverte a professora Laura  
Carvalho, da FEA***

---

“Um governo que não tenha legitimidade, que só é conferida pelo voto e pelo debate nas eleições, como consegue fazer essa agenda? Ele tem o Congresso, mas não tem as ruas. Ou consegue fazer com

repressão, ou não consegue fazer. A gente está diante de um problema em que a situação pode ir para qualquer lugar”, disse Laura Carvalho, professora da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA-USP), durante o seminário “Caminhos da esquerda diante do golpe”, realizado na FFLCH no final de maio.

Os pescadores de águas turvas não escondem estar cientes da necessidade de repressão ao populacho — que, por sinal, já tem ocorrido. O documento “Ponte para o Futuro”, apresentado em outubro de 2015, quando Temer já conspirava à luz do dia para assumir o poder, fala em medidas duras e impopulares. Roberto Brant, ex-ministro da Previdência (governo Fernando Henrique Cardoso) e coordenador do plano peemedebista, foi ainda mais transparente ao dar entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, em março. “Esse documento não foi feito para enfrentar o voto popular. Com um programa desses não se vai para uma eleição”, afirmou, acrescentando que é preciso “dar um tranco” na população. “Vai desalojar muitas pessoas, e a maioria não tem lugar no mercado de trabalho. Esse pessoal vai fazer um barulho muito grande. Se não tiver uma energia sobrenatural, uma força para dialogar e convencer o Congresso, não sei se vamos muito longe. Vai ser preciso agir muito rápido. E sem mandato da sociedade. Vai ter de ser meio na marra”. Mais franco, impossível.

Na marra, já está sendo. Rápido, também. E com os mesmos

Daniel Garcia



Professora Laura Carvalho (FEA-USP)

apoios da década de 1990: um Congresso de valores negociáveis e uma imprensa de princípios neoliberais irreduzíveis. Em março, Dilma admitia um “rombo” fiscal de R\$ 96 bilhões, um escândalo, segundo a mídia tradicional. Em maio, Meirelles e Temer conseguiram elevar o teto do déficit fiscal para R\$ 170 bilhões: condição *sine qua non* para retomar as rédeas da economia, segundo esta mesma mídia. A palavra “rombo”, quando apareceu, esteve atrelada aos erros do governo temporariamente deposto, e não do temporariamente emergido.

Nelson Barbosa, derradeiro ministro da Fazenda de Dilma, emitiu nota irônica sobre o que chamou de “cheque especial”. Ao dispor de uma margem muito maior de manobra, avalia Barbosa, qualquer melhoria mínima nas contas públicas poderá ser apresentada como um grande avanço pelo governo interino. Ou seja, a meta fiscal de déficit de R\$ 170

bilhões em 2016 “permite uma redução substancial de receitas e um aumento também substancial de despesas, e dificilmente deixará de ser cumprida”.

*“Não é por acaso que na escola estudamos Carlota Joaquina e Dom João VI, mas ninguém teve aula sobre como funcionam os juros, cartão de crédito, banco”, diz o professor Ladislau Dowbor, para quem é surreal o atual grau de desinformação*

A narrativa unidirecional do bombardeio midiático, com seus “especialistas” a bater sempre na mesma tecla, distorce a realidade e cria inverdades como o “déficit

da Previdência”. A atual situação chega a ser “de desinformação surrealista”, afirma o professor e economista Ladislau Dowbor, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). “Não é por acaso que na escola estudamos Carlota Joaquina e Dom João VI, mas ninguém teve aula sobre como funciona dinheiro, como funcionam os juros, cartão de crédito, banco. A gente trabalha simplesmente com desinformação e incompreensão dos mecanismos”.

O próprio formulador da “Ponte para o Futuro”, Ricardo Brant, reconhece um grau brutal, na sociedade, de desconhecimento das regras de funcionamento da economia, o que não impede a adesão desse ex-ministro a um projeto usurpador, interessado em promover tamanha investida contra as conquistas sociais inscritas na Constituição Federal de 1988 que promete superar os feitos nefastos dos governos FHC.

Ou seja: Dilma seguiu o receituário estipulado pelo “mercado”, em especial depois das eleições de 2014, mas, a esta altura, a voracidade do capital financeiro exige muito mais. Aqui, também, uma repetição da história do Brasil e do mundo. Primeiro, exige-se uma agenda de corte de investimentos públicos (“gastos”), porque é preciso reduzir o endividamento do Estado. Mas, com isso, freia-se o crescimento da economia, cai a arrecadação de impostos, aumenta o desemprego e é preciso arrumar novas fontes de receita porque a dívida aumenta. Parte-se, então,



Daniel Garcia



**Professor Ladislau Dowbor (PUC-SP)**

para mais cortes na área social e para a privatização de “tudo o que for possível”, como dizia um documento publicado pelo PMDB em meio ao debate do *impeachment* no Congresso. Portanto, nada que não tenhamos visto nos anos 1990, porém em dose dupla.

Os Correios já estão abertamente na mira, e não se descarta retomar a venda dos bancos públicos, projeto interrompido pela eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002. O governo provisório já anunciou também que a Infraero não entrará como sócia majoritária nas próximas concessões de aeroportos, previstas para o segundo semestre. A explicação é curiosa: a empresa perdeu a maior parte de sua receita graças à privatização dos terminais mais lucrativos, ocorrida durante o primeiro mandato de Dilma, e agora precisa de arrecadação, o que passa pela venda de terminais. A seguir assim, o suposto déficit só se agiganta-

rá, até que em algum momento se proponha a extinção da estatal ou sua venda a preço módico — mais uma ponte para o passado.

***Leda Paulani enxerga duas raízes no projeto de deposição de Dilma: a retomada da agenda neoliberal da década de 1990, rejeitada em quatro eleições, e a tentativa de revogar os avanços da CF***

“Diziam que o *impeachment* tinha se tornado uma necessidade econômica. ‘Se não tiver, a economia não tem solução’, o que é uma falácia porque o pós-*impeachment* pode se tornar uma instabilidade

política e social muito maior do que o período anterior”, constata Leda Paulani, professora da FEA e ex-secretária de Planejamento da Prefeitura de São Paulo na gestão Fernando Haddad (PT).

Ela enxerga duas raízes na deposição de Dilma: a retomada da agenda neoliberal da década de 1990, rejeitada nas últimas quatro eleições presidenciais, e a revogação dos avanços da Constituição de 1988. Após a derrota em 2014, a oposição ao PT, naquele momento encabeçada pelo senador Aécio Neves (PSDB), deixou claro que tentaria criar uma oportunidade para a anulação forçada do mandato presidencial. A chance política se abriu pelos erros de Dilma, na avaliação de Leda, ao recolocar no centro de seu governo a diretriz econômica ortodoxa. Uma matriz de atuação que jamais chegara a ser abandonada, nem mesmo nos governos Lula, mas que havia sido atenuada e contrabalançada por fortes investimentos em programas sociais como Bolsa Família e Minha Casa, Minha Vida e pela política de recomposição do salário mínimo e dos benefícios previdenciários.

Nesse sentido, os economistas presentes ao debate na FFLCH coincidem na leitura de que, apesar de medidas acertadas por parte da equipe econômica do ex-presidente, houve uma conjuntura externa favorável devido à alta dos preços das *commodities* que lideram a balança comercial brasileira. Este foi um cenário fundamental, na verdade, para todos os governos chamados “progressistas” na América do Sul,

que agora se veem em dificuldades. Ao encerrar-se este ciclo generoso, Dilma e o Ministério da Fazenda não souberam promover mudanças que garantissem a manutenção do crescimento econômico.

Para Dowbor, o problema central no caso brasileiro foi a parada dos quatro motores da economia: exportações, demanda familiar, atividades empresariais e investimentos públicos. As vendas ao exterior perderam valor. A demanda caiu porque o crédito está muito caro, o que por si explica também a redução da atividade produtiva. E, por fim, deu-se a redução das inversões estatais em benefício da remuneração do rentismo.

Esta é outra questão na qual as análises convergem: o debate sobre quais são os responsáveis pelos problemas segue no rumo errado. Em torno da metade do Orçamento da União tem sido destinada ao pagamento de juros e a amortizações da dívida pública. Ainda assim, o buraco não para de aumentar. A dívida bruta do governo federal foi de R\$ 1,3 trilhão em 2006 para R\$ 4 trilhões em março deste ano. A relação dívida-PIB, que era inferior a 10% em 1985, já havia atingido 57,2% em 2003 e chegou a 62,5% no começo de 2015. Títulos da dívida pública recebem remuneração generosa, indexados a uma Selic sempre alta. Quando a taxa básica de juros sobe, aumenta a remuneração dos rentistas e o crédito fica mais caro, o que provoca a retração da atividade econômica. Isso faz crescer a relação dívida-PIB, criando pressão do mercado por um novo ajuste recessivo. Em 2015,

a combinação de juros altos com a política de Joaquim Levy, então ministro da Fazenda, fez a dívida bruta avançar quase 20%. E assim não se sai deste ciclo.

***Em 2016 os gastos com juros da dívida pública serão de R\$ 600 bilhões, valor equivalente a 9% do PIB. “O abacaxi estava na mão da Dilma, que não soube conduzir. Agora está na mão deles”, diz Amir Khair***

Amir Khair, secretário de Finanças da gestão Luiza Erundina na Prefeitura de São Paulo, diz que os gastos com juros ficarão em torno de R\$ 600 bilhões em 2016, valor equivalente a 9% do PIB, o que torna o país ingovernável. “O abacaxi estava na mão da Dilma, que não soube conduzir. Agora está na mão deles. Eles vão se ferrar. Não têm saída. Porque vão criar uma tensão social maior do que a que já existe, que já está meio explosiva. Tenho certeza que, se continuar esse processo, vai ter muito problema social”.

No primeiro ano do seu segundo mandato, Dilma cortou de várias políticas públicas para tentar economizar R\$ 80 bilhões, montante muito inferior ao gasto no pagamento de juros da crescente dívida pública. Agora, Temer quer

impedir a expansão dos investimentos em saúde e educação, chegando ao ponto de propor a derrubada do dispositivo constitucional que garante patamares mínimos para as duas áreas, e avança sobre os recursos da Previdência pela via do arrocho dos benefícios e da postergação do ingresso de novos beneficiários no sistema.

“O mais importante é assegurar a aposentadoria no futuro dos brasileiros. Não é estarmos prometendo valores e coisas que não podem ser cumpridas, porque não são financiáveis”, disse, em entrevista ao *Bom Dia, Brasil* da Globo, o ministro interino da Fazenda, que recebe do Bank of Boston, do qual foi executivo, a módica aposentadoria anual de US\$ 750 mil. “Tenho direito, trabalhei para ganhá-la”, declarou ele ao jornalista Márcio Aith, da *Folha de S. Paulo*, em janeiro de 2003, quando questionado a respeito do benefício. Esquecido dos direitos dos outros, Meirelles afirma que, no fim, é a sociedade quem paga a conta dos aposentados e que temos de ser pragmáticos em relação a isso, e não idealistas, ora bolas.

Para além da ortodoxia econômica pura e simples, há um artigo da Constituição, o de número 166, que veda ao Congresso, ao definir o orçamento, mexer em três questões: dotações para pessoal, transferências tributárias a Estados e Municípios e o chamado “serviço da dívida”. Garante-se, assim, a remuneração do mercado financeiro, mesmo que o país esteja à beira do abismo. Quanto a este ponto, porém, Temer jamais cogitou promover uma alte-

Daniel Garcia



**Professora Leda Paulani (FEA-USP)**

ração constitucional. “Temos que partir para um ataque de propostas e de discussão na sociedade. Isso é fundamental para começar a inverter esse jogo. As propostas são mais ou menos simples, mas têm que ser ditas e têm que ser debatidas”, sustenta Khair.

Ele avalia que os dois vetores fundamentais são a queda da taxa de juros e a realização de investimentos públicos fortes. O primeiro, Dilma chegou a tentar: a taxa Selic caiu de 11,25% em 2011 para 7,25% em abril de 2013, menor patamar da história, razoavelmente próximo da meta de inflação. A presidenta usou o pronunciamento feito no Dia do Trabalho, em 2012, para se colocar contra o lucro exorbitante dos bancos. Em seguida, passou a tomar trancos e mais trancos de agências de classificação de risco, o que confirmou por que o mercado financeiro é visto por analistas políticos e econômicos como a grande força hegemônica do século 21.

***Reforma tributária para onerar os ricos, redução da taxa de juros, uso das reservas internacionais para injetar recursos e investimentos públicos: agenda de superação da crise é conhecida, mas até agora não foi implementada***

“A redução da taxa de juros é um assunto muito delicado”, adianta Laura Carvalho, da FEA. “É claro que essas taxas de juros são exorbitantes, que isso tem um efeito redistributivo deletério, mas a gente tem que fazer algo antes de reduzir as taxas de juros muito rapidamente. Esse algo é retomar o controle da

saída de capitais”. Isso porque, sem esse controle, os capitais têm liberdade para migrar de acordo com a conjuntura internacional. Uma redução dos juros, ao tornar o cenário nacional menos interessante para os especuladores, provoca uma saída muito rápida, o que mexe com a taxa de câmbio porque se reduz a oferta de dólares, que por sua vez provoca inflação, já que o Brasil importa muitos itens de consumo.

No entender de Laura, além de uma profunda discussão sobre a dívida pública, a agenda da esquerda deve passar pela reforma tributária casada à formulação de uma política industrial. O objetivo é conhecido: aumentar a taxação dos ricos pela renda e desonerar a vida dos pobres pelo consumo. Pouco antes do afastamento pelo Senado Federal, o governo Dilma chegou a defender medidas nesse sentido, mas de maneira evidentemente tardia. “A via é a da radicalidade democrática. A população tem de estar informada, consciente e participando desses projetos”, resume Laura.

Amir Khair avalia que seria possível injetar até US\$ 200 bilhões na economia caso se decidisse lançar mão das reservas internacionais, hoje acumuladas em US\$ 370 bilhões. A redução dessas reservas também permitiria um corte na taxa de juros, deslocando dinheiro dos rentistas para os setores produtivos. “A esquerda deveria ser a primeira a defender a eficiência no gasto público, coisa que a gente não ouve falar. Quem fala em eficiência é a direita, que se apossa do Estado. O Estado não é público no Brasil. Quem se apossou do Estado foi o setor financeiro”. Uma apropriação que nunca esteve tão clara.